

Fórum de Pró-Reitores elabora documento sobre extensão e reforma universitária

O XX Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em Recife, PE, no final de maio, elaborou o documento "Carta de Recife", como subsídio à reforma universitária em gestação no MEC.

A seguir, a íntegra do documento:

CARTA DE RECIFE

A EXTENSÃO E A REFORMA UNIVERSITÁRIA

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, criado em 1987, neste momento de discussão nacional sobre a Reforma Universitária, levanta sua voz para manifestar-se sobre a universidade que queremos e como a Extensão Universitária está presente em todo o processo do fazer acadêmico.

Desejamos que o processo de reforma seja o de construção, plena e participativa, incluindo a universidade pública em um projeto de nação que seja para todos. Este projeto deve se fundamentar em dois princípios:

1 – A educação superior como uma política de Estado, bem público e, como tal, condição para o desenvolvimento econômico e social e para a afirmação dos valores e identidade culturais de uma nação.

2 – A educação superior como Sistema Nacional que incorpore o princípio da autonomia universitária e a prática indissociável da extensão, pesquisa e ensino, respeitando a diversidade e o grau de organização das instituições e atendendo as necessidades regionais.

A universidade que queremos construir é plural, democrática, com qualidade em todas as suas ações, autônoma e atuante numa relação transformadora com a sociedade. As universidades públicas brasileiras possuem uma ampla tradição de articulação com a sociedade, demonstrando o compromisso e a responsabilidade social. Esta articulação se faz de modo privilegiado por meio das ações de extensão, numa relação transformadora em que a sociedade e universidade, interagindo, participam de um mesmo projeto de construção da nação que queremos.

Nessa perspectiva, a Extensão Universitária impõe-se como uma das dimensões acadêmica na formação de profissionais que, mais do que técnicos competentes, sejam cidadãos comprometidos com a realidade social, política, tecnológica e cultural do país. E também como uma das dimensões acadêmicas da pesquisa, gerando novos produtos e processos sociais, culturais e tecnológicos.

A concepção de extensão universitária que o Fórum assume, reconhece que devam ser asseguradas bases sólidas para a Reforma Universitária com a participação extensionista manifestada em diretrizes como:

- A defesa do princípio constitucional da indissociabilidade entre as ações acadêmicas (extensão, pesquisa, ensino). As fronteiras devem ser superadas na prática acadêmica evidenciando as possibilidades de um fazer transversal e plural.

- A continuidade e fortalecimento de interação com os demais setores da sociedade, com envolvimento dos movimentos populares e da sociedade civil organizada, numa relação democrática e baseada numa perspectiva não-hegemônica. É preciso ouvir a sociedade, com quem interagimos e, principalmente os excluídos, em seus anseios e necessidades e em sua expressão sobre qual universidade o país necessita.

- A participação da universidade pública na definição, implementação e avaliação de políticas públicas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros e para a superação das desigualdades. A universidade deve estar na vanguarda das demandas e não caudatária de necessidades identificadas em momentos de crise ou na substituição do Estado.

- O compromisso social da universidade e suas ações de interação com a sociedade, nos mais diferentes processos. Devem estar explicitados de forma concreta no plano de desenvolvimento institucional, com definição de recursos e de uma política de fomento, que contemple um sistema de bolsas ou monitoria e infra-estrutura pertinente.

- O apoio às ações de extensão. Os recursos orçamentários devem estar definidos na matriz de financiamento das instituições públicas de ensino superior, além da garantia de recursos orçamentários dos diversos organismos públicos federais para o financiamento das ações de extensão de todas as IES públicas, para estímulo ao desenvolvimento de projetos e programas com real impacto na sociedade e na universidade.

- A participação de todo o corpo acadêmico - estudantes, servidores técnicos e docentes - em ações de interação com a sociedade. Deve esta participação ser valorizada pela integralização curricular e pela inserção no plano de trabalho dos profissionais.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras reafirma sua responsabilidade na construção contínua e progressiva de uma universidade voltada ao desenvolvimento de nação e, mais importante, do nosso povo. Marcados pela missão comum e pela solidariedade, as instituições públicas brasileiras se apresentam no plano internacional para a construção de um projeto mundial para o desenvolvimento e a paz.

Recife, 27 de maio de 2004.

XX Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras